

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

A IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Érica Nathália Demarchi

CACOAL-RO.

2008

ÉRICA NATHÁLIA DEMARCHI

A IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção de
título de bacharel em Direito, sob a
orientação da professora mestre Julinda da
Silva.

CACOAL-RO.
2008

DEMARCHI, E. D.

A Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural/ Érica Nathália Demarchi – 2008.

Vii. 95 f, enc;. 30 cm.

Monografia - Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008.

Referências: f. 87-95.

I. Título

ÉRICA NATHÁLIA DEMARCHI

A IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA
PROPRIEDADE RURAL

AVALIADORES

_____ Professora Mestre Julinda da Silva – UNIR	-	_____ Nota
_____	-	_____ Nota
_____	-	_____ Nota

Média

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DA PROFESSORA ORIENTADORA

A acadêmica **Érica Nathália Demarchi** desenvolveu o presente Trabalho de Conclusão de Curso, sob o tema **A Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural**, obedecendo aos critérios do Projeto Monográfico apresentado ao Departamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo sido observado os prazos fixados pelo Departamento do curso de Direito para o seu desenvolvimento.

Destarte, a acadêmica está apta à apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal/RO, 14 de março de 2008.

Julinda da Silva
Professora Orientadora

Dedico este trabalho a mamãe e papai: ela, meu sol, mulher forte, fonte de calor, ternura e paz; ele, minha terra, homem sábio, fonte de equilíbrio e perseverança.

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as graças concedidas, principalmente por permitir todos meus avós estarem ao meu lado em mais esta etapa da vida.

Aos meus irmãos Marco e Arthur, pela compreensão.

Ao meu companheiro Danilo, por toda a colaboração e carinho.

A minha professora orientadora Julinda da Silva por, voluntariamente, disponibiliza-se para a concretização deste trabalho.

A todos os colegas de sala, em especial a “Turma do Pooh” e a “Turma da BR”, amizades inesquecíveis.

Por fim, agradeço e homenageio a todos os motoristas deste país que, por diversas vezes nestes cinco anos de faculdade, nos deram carona do município de Cacoal a Pimenta Bueno/RO, possibilitando-nos chegar mais cedo em nossos lares.

Só o direito justo faz a honra do espírito humano e a glória da agitada e febril vida dos homens sobre a Terra.

Artur Machado Paupério, 2001.

RESUMO

DEMARCHI, Érica Nathália Demarchi. A Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural. 95 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008.

O presente trabalho monográfico discute a impenhorabilidade da pequena propriedade rural prevista no art. 5º, inciso XXVI da Constituição Federal e o conflito gerado com a exceção trazida pelo art. 3º, inciso V, da Lei 8.009/90. Analisa-se a aplicabilidade ou não da exceção à impenhorabilidade da pequena propriedade rural oferecida como garantia hipotecária, tão somente nos casos em que este imóvel é trabalhado pela família e sua dívida decorre de sua atividade produtiva. O tema é julgado divergentemente pelos tribunais deste país, prevalecendo entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal a desconsideração da hipoteca em favor da impenhorabilidade. Não bastasse o conflito em epígrafe, surge ainda a necessidade de se conceituar pequena propriedade rural, já que a Constituição Federal absteve-se de tal definição. Como as normas constitucionais possuem aplicação imediata, cabe aos aplicadores do direito escolher, dentre as diversas definições presentes em lei, a que melhor se ajuste para fins de impenhorabilidade, sendo que ao analisar os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca da matéria, é possível constatar a prevalência da aplicabilidade de duas normas: Estatuto da Terra e Lei nº 8.629/93.

Palavras-chave: pequena propriedade rural, impenhorabilidade, garantia hipotecária.

ABSTRACT

DEMARCHI, Érica Nathália. Non pledge of the small property. 95 sheets, Project of Course Conclusion. Federal University of Rondônia – Campus of Cacoal. 2008.

The present project aims to discuss the non pledge small rural property from the fifth article, clause XXVI, of the Federal Constitution, and the conflict occurred by the exception from the third article, fifth clause of the Law 8.009/90. It is analyzed the application or not of the exception to the non pledge of the small rural property offered as a hypnotherapy guarantee, only on cases which these kind of realty is worked by the family and its debits comes from productive activity. The theme is judged in divergent way by the tribunals of this country, prevailing between the Supreme Federal of Justice and the Supreme Federal the disregard of the mortgage in favor of the on pledge. Besides the conflicts from the epigraph, it still appears the necessity to concept small rural property and it is observed that the Federal Constitution abstained the definition. As the Constitutional Laws brings immediate application, it is the responsibility of the Law's applicators to choose among many present definitions in the law, the best one that fits in the non pledge. When the doctrinaire and the jurisprudential positions are analyzed, it is possible to verify the prevalence of the application in two ways. Statute of the Earth and Law 8.629/93.

Key-Words: small rural property, non pledge, hypnotherapy guarantee.

DECLARAÇÃO

Eu, Érica Nathália Demarchi, acadêmica devidamente matriculada no 10º período vespertino do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal – declaro para todos os fins de direito que o trabalho monográfico intitulado A Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural foi por mim desenvolvido.

Pimenta Bueno/RO, 14 de março de 2008.

Érica Nathália Demarchi

DECLARAÇÃO

Declaro para todos os fins de direito que o trabalho monográfico desenvolvido pela acadêmica Érica Nathália Demarchi, intitulado A Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural, foi por mim revisado no tocante ao aspecto gramatical e metodológico, sendo procedida as devidas correções.

Pimenta Bueno/RO, 14 de março de 2008.

Mirian Ângela da Silva¹

Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Zonas Típicas de Módulo – ZTM.....

Tabela 2 – Dimensão do Módulo Rural por Tipo de Exploração.....

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. DAS MEDIDAS AGRÁRIAS.....	16
2.1. DO HECTARE.....	16
2.2. DO MÓDULO RURAL.....	16
2.3. DA FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO.....	21
2.4. DO MÓDULO FISCAL.....	23
3. DA PENHORA E DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	27
3.1. DO CONCEITO DE PENHORA.....	27
3.2. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	30
3.2.1. Da Hipoteca.....	30
3.2.2. Do Penhor	31
3.2.3. Da Anticrese.....	32
3.3. DA DIFERENÇA ENTRE PENHORA, PENHOR E HIPOTECA.....	33
4. DA IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL... 35	35
4.1. IMPENHORABILIDADE COMO LIMITAÇÃO AO PODER DE PENHORAR. 35	35
4.1.1. Impenhorabilidade Material Absoluta.....	36
4.1.2. Impenhorabilidade Material Relativa.....	37
4.1.3. Impenhorabilidade Processual Absoluta.....	37
4.1.4. Impenhorabilidade Processual Relativa.....	38
4.2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA QUANTO AO DIREITO DE IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL.....	39
4.2.1. Da Legislação Correlata.....	39
4.2.2. Dos Princípios.....	41
4.2.2.1. Da dignidade da pessoa humana.....	41
4.2.2.2. Da proteção à propriedade.....	42
4.2.2.3. Da função social da propriedade.....	44
4.2.2.4. Da proteção à família.....	46
4.2.2.5. Da igualdade.....	47
4.2.2.6. Da prevalência do interesse público sobre o particular.....	48
4.2.2.7. Da função social do contrato.....	49
4.3. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL.....	50

5. CONCEITO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL PARA FINS DE IMPENHORABILIDADE E A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS AGRÁRIAS...	54
5.1. CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 4.771/65).....	54
5.2. LEI Nº 9.393/96.....	56
5.3. ESTATUTO DA TERRA (LEI Nº 4.504/64).....	58
5.4. LEI Nº 8.629/93.....	60
5.5. LEI Nº 11.428/06.....	66
 6. DA EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 3º, INCISO V, DA LEI 8009/90, FRENTE AO DISPOSTO NO ART. 5º, INCISO XXVI, DA CF/88.....	 67
6.1. DO ORDENAMENTO JURÍDICO E DAS ANTINOMIAS JURÍDICAS.....	68
6.1.1. Da definição de antinomia jurídica.....	70
6.1.2. Critérios para solução de antinomias jurídicas.....	72
6.1.3. Da coexistência de normas incompatíveis.....	74
6.2. DO POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL.....	76
6.3. DO CONFLITO EXISTENTE ENTRE O ART. 5º, INCISO XXVI, DA CF/88 E O ART. 3º, INCISO V, DA LEI 8.009/90.....	80
 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 85
 REFERÊNCIAS.....	 87
 ANEXOS.....	 96
ANEXO 01 -	97
ANEXO 02 -	99
ANEXO 03 -	102